**DA FORÇA BRUTA À VOZ ATIVA:
A conformação da Psicologia no Rio Grande do Sul nas
décadas da repressão política**

**FROM OPPRESSION TO FREEDOM OF SPEECH:
The adaptation of Psychology in the State of Rio Grande
do Sul during the years of political oppression**

Helena Beatriz K. Scarparo

Aline Reis Calvo Hernandez

Resumo:

O artigo aborda a construção da Psicologia no Rio Grande do Sul no período da repressão política vivido no Brasil, de 1964 a 1985. Examina-se um conjunto de conceitos muito pertinentes à Psicologia Social, ilustrados por narrativas que referem saberes, práticas e preocupações de fundo sócio-político. Ao refletir sobre os processos de instituição desses saberes e práticas e situá-los historicamente, pretende-se dar visibilidade a lutas recentes protagonizadas por minorias ativas que tiveram sua voz silenciada ou exilada mediante a força bruta imposta pelo regime militar. Se durante as décadas supracitadas o “psicologismo” serviu para fortalecer estruturas opressivas, desviando a atenção para aspectos individuais e descontextualizados, as práticas psicológicas também articularam espaços emancipatórios e críticos através da resistência e problematização de grupos organizados no interior do sistema hegemônico. Tais movimentos articularam uma práxis construída socialmente, tramada no cotidiano, imbricada na complexidade das redes de relações sociais que se estabeleceram no contexto vivido. Reforçar o vínculo da área à vertente social é considerar as relações da Psicologia com os problemas coletivos que afetam as maiorias populares.

Palavras-chave: repressão política, minorias ativas, psicologia.

Abstract:

The present paper discusses the construction of the field of Psychology in the state of Rio Grande do Sul during the period of 1964 to 1985, the so-called political repression period in Brazil. It analyses a set of concepts relevant to Social Psychology portrayed by narratives on areas of knowledge, praxis and concerns of social-political issues of that time. By reflecting about these processes within a historical concept it aims at giving visibility to recent struggles involving minorities that have been silenced or exiled by the oppression imposed by the military regime. If, at that time, "psychologism" was used to reinforce oppressive governmental structures, by focusing the attention to individual and decontextualized issues (exclusively intra-psychical), the psychological practices have also articulated emancipatory and critical opportunities through the resistance of organized groups within the hegemonic system. Such movements have incited a socially built praxis, developed on a daily basis, intertwined in the complexity of social relation nets that came to life in that very context. To emphasize the relation between Psychology and its social aspects is to show the tight connections it has with the collective problems that affect the majority of the people.

Key-words: political oppression, active minorities, Psychology.

*"A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar,
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá"*
Chico Buarque

Introdução

Não por acaso é Chico Buarque quem introduz os títulos e as primeiras reflexões deste artigo. Suas composições, na época da ditadura militar, eram um dispositivo de denúncia, um modo de falar sobre conteúdos proibidos. Segundo ele, o período de ditadura militar no Brasil foi tão repressor que a censura vertical imposta pelo regime acabou instaurando-se nas pessoas, naturalizando-se como forma de pensar e agir. Mas, ainda assim, o psiquiatra Theobaldo Thomaz lembra que as

músicas compostas na época, mesmo depois de atravessarem o filtro da censura, incitavam preocupações referentes à vida política do Brasil (SCARPARO, 2002). O desassossego por ter o destino carregado por uma “roda-viva” também compunha o cenário de instituição da Psicologia no Rio Grande do Sul no decorrer da ditadura militar que assolou o Brasil nas décadas de 60, 70 e 80.

Mas, o que conhecemos da gênese desse processo? Como se configuraram os processos de construção de identidade desse campo em um período em que as liberdades se encontravam reprimidas e severamente castigadas? Como se constituiu a Psicologia no Rio Grande do Sul nessas décadas e quais foram os saberes e práticas que a conformaram? Estas são, justamente, as reflexões que norteiam o presente artigo.

A escolha do tema (objeto) está impregnada de um interesse em conhecer as significações construídas acerca da ditadura, suas formas de registro, as ações coletivas formuladas - muitas a partir do trabalho de uma minoria - e seus efeitos. O estudo revela que se estabeleceram relações de oposição com o poder vigente e instauraram-se diferentes possibilidades de ser e fazer em Psicologia. Tais possibilidades eram pautadas pelo antagonismo em suas intencionalidades: por um lado corroboravam as estratégias de repressão fomentadas pela ditadura; por outro promoviam linhas de fuga aos projetos e táticas de manutenção do regime e conseqüente morte civil da população brasileira (COIMBRA, 1995; SCARPARO, 2005). Tais práticas, quando contextualizadas, significam mais do que o início de um percurso. Constituíram formas de um “fazer” político que, muitas vezes, questionaram ou resistiram ao modelo de repressão imposto.

Tendo em vista o caráter complexo e dinâmico desse processo de construção, pretendemos tornar visível uma das composições possíveis da

história da Psicologia do Rio Grande do Sul relativa àquela época. Para tanto, adotamos a perspectiva construcionista (IBAÑEZ, 1994; SPINK, 1999). Esta transcende a descrição processual e enumerada dos acontecimentos passados, conferindo-lhes movimentos de ressignificação, através de interlocuções com circunstâncias sócio-políticas. Daí a importância de situar, registrar e problematizar os diferentes percursos da construção de conhecimentos e da instituição de práticas, articulando memórias e história. Explicitar-se-ão mais detalhadamente descrições ainda não socializadas das possibilidades e dos limites da produção de conhecimentos e, conseqüentemente, da construção da história da Psicologia no Rio Grande do Sul.

A intenção de visitar e ressignificar essa história leva a uma investigação cuidadosa e detalhada que consiste em ouvir narrativas como memórias não traduzidas em documentos, além de vasculhar suportes escritos e depoimentos armazenados e difundidos pela ampla rede de instituições e pessoas que protagonizaram o início e a configuração da Psicologia no Estado.

Os estudos e reflexões sobre o tema possibilitam ampliar o conhecimento acerca dos processos de construção deste campo, a partir da voz de seus protagonistas. Para tanto, consideramos as idiossincrasias regionais e as especificidades do processo de mobilização coletiva que conformaram trajetórias que, por mais de duas décadas, engendraram acomodações e resistências no que se refere às contradições que caracterizavam aquele contexto histórico. Como assinalou Lane (1996), aquelas condições sócio-políticas podem ser consideradas as marcas inaugurais de uma conformação da Psicologia que, concomitante à práxis individualista, incorporou categorias de análise de cunho mais social, como a conscientização, o cotidiano e a ideologia.

Para lançar luzes sobre esse processo de instauração da Psicologia como área de conhecimento, é decisivo que se levem em consideração os

acontecimentos históricos que compuseram o cenário da época (BROZEK e MASSINI, 1998). A intenção de registrar uma história sem obscurecê-la exige seguir pistas de trajetos já percorridos, a fim de considerar condições geográficas e históricas importantes para produzir registros consistentes e esclarecedores. Assim, faz-se necessário favorecer a visibilidade social de saberes e práticas que foram imprescindíveis para a configuração da Psicologia no Rio Grande do Sul. Portanto, consideramos imprescindível o exame de narrativas, documentos e publicações sobre o tema, no sentido de ampliar e aprofundar os conhecimentos e os registros das práticas psicológicas efetivadas naquele contexto histórico.

Acreditamos que os depoimentos de protagonistas dos movimentos efetivados no passado guardam uma riqueza histórica e cultural que merece ser registrada, tendo em vista o resgate, a preservação, a socialização e as reflexões críticas sobre essas memórias da Psicologia no Estado. Cabe ressaltar que o exame de tais registros pode revelar as marcas deixadas ao longo do percurso identitário construído, o que possibilita perceber aspectos da epistemologia do conhecimento e das práticas efetivadas. Ao mesmo tempo, são formas eficientes de localizar indicadores promotores de mobilizações e ações coletivas geradoras de mudanças sociais no contexto do qual se fala, através da Psicologia.

Concordamos com Freire (1999), quando afirmou que o mais importante na investigação qualitativa é dar sentido ao texto no contexto, analisando práticas e tendo em vista a construção social da realidade. Concebemos a Psicologia como um campo de saberes e práticas que transcende enfoques individuais (intra-psíquicos) e constitui-se nas e pelas relações sociais. Tal concepção implica refletir criticamente e explicitar continuamente os compromissos éticos que justificam os fazeres psicológicos. Implica ainda discutir os efeitos relativos às práticas efetivadas, tendo em vista a construção social da subjetividade. Como

decorrência, os fenômenos que compõem as circunstâncias de vida das pessoas em diferentes contextos são os territórios nos quais podem se instituir as práticas psicológicas. Tais práticas podem articular a manutenção e acomodação a lugares sociais predeterminados, bem como o estranhamento e o desassossego produtor de pensamentos e projetos emancipatórios.

DE TÃO GASTA A FACA JÁ NÃO CORTA

O método de pesquisa

Como afirma Figueiredo (2006: 9), a “história da psicologia, a rigor, não existe, ao menos no singular”. Ao contrário, existem histórias da Psicologia no plural, múltiplas formas de narrar fatos marcantes, saberes e práticas que vão configurando a área continuamente. A partir desta lógica podemos pensar que inclusive a mesma história pode ser contada de diversas formas, dependendo dos matizes ideológicos e relevos adotados.

Tanto a Psicologia quanto a Sociologia usam como matéria-prima o texto, o discurso escrito: tramas abertas de significados sobre as ações das pessoas, sobre as instituições, os documentos, monumentos e práticas sociais (ABIB, 2005). No fundo, quem se interessa por história da Psicologia está sempre manuseando textos - texto aqui entendido com seus desdobramentos pré-texto e contexto, pois a gênese contextual de um texto é parte integrante e esclarecedora, até mesmo no caso de produções científicas.

Para captar os eventos relativos ao tema em estudo de forma mais fluida, próxima e direta possível, as narrativas primam por verbalizações nas quais as pessoas que estão participando do estudo contam, em linguagem cotidiana, suas vivências, percepções e versões sobre o tema

investigado (BAUER, 1996; BAUER et alli. 1999). A questão de fundo é saber: como os psicólogos/as olham para sua própria história?

As entrevistas resgataram as vivências de pessoas que, reconhecidamente, fizeram parte da história da Psicologia no Rio Grande do Sul. O agrupamento de associações entre todas as pessoas participantes facilitou a elaboração das categorias de sínteses temáticas que seguem. As categorias formuladas agrupam os significados atribuídos pelos/as participantes ao tema em estudo. Pois bem, é o momento de apresentar uma síntese integradora entre os resultados teóricos e empíricos, prevendo um espaço para as considerações críticas e reflexivas suscitadas ao longo do estudo.

VER EMERGIR O MONSTRO DA LAGOA

O regime ditatorial

Como outros países da América Latina, o Brasil foi vítima de um período de ditadura militar cujas marcas, deixadas em nossa história, são a demonstração viva das duras conseqüências desse processo. A ditadura no Brasil se estendeu de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela supressão das liberdades democráticas, pela instauração da censura, da perseguição política e de variadas formas de repressão aos segmentos que contestavam o regime imposto pelos militares. Esse período ficou popularmente conhecido como “anos de chumbo” (AFFONSO, 1988) - nome que alude à força bruta imposta pela mão-pesada da máquina estatal que, através da instauração de uma legislação autoritária, suprimiu de forma significativa os direitos civis, elevou a repressão policial, manipulou a opinião pública e condenou toda uma massa crítica ao exílio político. Atrás da máscara de uma Doutrina em prol da

Segurança Nacional, um grupo militar abusou do poder político - proibindo, calando e/ou torturando. Durante duas décadas o exército, enquanto aparelho regulador do Estado, extrapolou nas formas de controlar, vigiar e punir mentes e corpos (MAGALHÃES, 1997; COGGIOLA, 2001).

Ao rememorar o período ditatorial vivido no Brasil, é impossível não pensar em todas as pessoas desaparecidas, exiladas, torturadas e nas inúmeras idéias silenciadas por uma ordem militar imposta. O golpe militar de 1964 resume-se numa seqüência crônica e perversa de fatos, justificados na intenção de “reformatar” o Brasil. A História nos conta que a ditadura militar restringiu, durante duas décadas, a participação sociopolítica de milhões de pessoas a uma elite de mando, representada por generais militares. A propagação da censura, da tortura e a ambição de implantar no país um sistema tecnológico sofisticado, importado de um modelo econômico neoliberal então dominante no plano internacional, são apenas alguns exemplos de práticas que compuseram o cenário nacional em tempos de crise (BRENER, 1998). O exército se encarregou também de destruir as bases de apoio e resistência dos movimentos sociais, organizações de base e de esquerda (VENTURA, 1988; RIBEIRO et alli. 1997).

A BEBIDA AMARGA

Anos 60: o golpe militar no Brasil

O golpe militar aconteceu em 1964, época em que o governo era liderado por João Goulart (Jango), vice-presidente de Jânio Quadros. Jânio havia renunciado devido aos graves problemas econômicos (a maior inflação da história do país, com um índice de 100%) e por falta de apoio político. Mas, no governo do vice-presidente Jango, o panorama nacional

não melhora e as medidas nacionalistas e sociais tomadas por ele são encaradas pela oposição¹ como uma séria ameaça à estabilidade nacional (VENTURA, 1988; RIBEIRO et alli. 1997). A abertura dada por Jango aos movimentos sociais de estudantes e trabalhadores gerou nas classes conservadoras o temor de que o Brasil assumisse uma tendência de governabilidade socialista e preparasse um golpe comunista. Em defesa de interesses minoritários (econômico-financeiros e ideológicos), Jango é deposto e os militares inauguram o regime de exceção no Brasil.

A tomada de poder por parte dos militares acontece após um comício organizado por Jango em março de 64. Grupos de manifestantes conservadores organizam a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", opondo-se às intenções do então presidente. A fim de evitar o início de uma guerra civil, Jango deixa o país, refugiando-se no Uruguai, e os militares tomam o poder. Já no início de abril é decretado o Ato Institucional número 1 (AI-1), instrumento de poder para reprimir e cassar opositores ao regime militar (BANDEIRA, 1983).

O primeiro militar eleito pelo Congresso Nacional como presidente da república foi o marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). Em seu primeiro pronunciamento, Castello Branco defendeu a democracia, mas iniciou seu governo de forma autoritária: estabeleceu eleições indiretas para presidente, dissolveu os partidos políticos e cassou os mandatos de vários parlamentares. Na esfera social viu-se, então, uma série de direitos políticos e constitucionais serem esfacelados. Durante sua gestão instituiu-se, também, o bipartidarismo. Somente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição controlado pelo regime, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representando os militares, estavam autorizados a operar na cena política. O excesso de autoritarismo vivido aumentava (BANDEIRA, 1983).

É importante situar também que a oficialização da área 'psi' no meio acadêmico se dá em pleno período de exceção. Em 27 de agosto de 1962 fora promulgada a lei nº 4119, que criava a profissão, e em 1967 formase a primeira turma de psicólogos/as do Estado do RGS. A partir daí, pessoas que já atuavam puderam registrar-se junto ao Ministério da Educação e Cultura (ENTRELINHAS, 2006: 10). Devido ao contexto histórico no qual surge a formação em psicologia, inúmeras barreiras ideológicas e institucionais foram enfrentadas. Na opinião de Carmem Oliveira, psicóloga clínica, a Psicologia da época experimentou um período de "fechamento institucional" em que os professores mais politizados tinham de usar códigos para falar de alguns conteúdos (SCARPARO, 2002).

A ditadura subordinou a cidadania às ordens do governo militar, que se caracterizou por um Executivo forte concomitante ao enfraquecimento dos poderes Legislativo e Judiciário. O acirramento das mais variadas formas de controle e coerção social fizeram com que algumas experiências comunitárias pioneiras fossem interrompidas. Podemos citar como exemplo o movimento comunitário que instituiu uma experiência de orçamento participativo na cidade de Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul. Com a intensificação da repressão política às lideranças e o boicote por parte de alguns integrantes do Poder Executivo do Município, ocorreu o desmantelamento dessa experiência participativa na comunidade (ACHUTTI, 1999).

O tenso e conturbado clima político contribuía para que a centralização do poder se intensificasse e a repressão política aos partidos políticos, aos sindicatos e à imprensa se tornasse ainda mais efetiva. Ao narrar suas memórias desse período, Pedrinho Guareschi (SCARPARO, 2002) referiu que era complicado que os grupos da comunidade se reunissem, pois o governo apreendia a iniciativa e, inclusive, podia recriminar ou perseguir as lideranças. Então a Igreja, como instituição

forte e consagrada, pôde servir como guarda-chuva para que alguns movimentos comunitários e sindicais pudessem instituir certa autonomia e militância.

É curioso, mas enquanto no Brasil a política empregava um modelo ditatorial de controle de subjetividades muitos países do resto do mundo expandiam-se democraticamente. É justo na década de 1960 que encontramos gravadas as pegadas de importantes movimentos sociais. O movimento feminista destaca-se, por exemplo, nos EUA e na Europa, devido à vitória das sufragistas pelo direito ao voto feminino e luta por uma distribuição mais regular de poderes entre homens e mulheres. Outros movimentos como o Pró-Direitos Civis, Ecologista e Estudantil também ganham visibilidade internacional. Este último deixa uma marca inesquecível na História mundial através dos protestos revolucionários dos estudantes na França, o popular “maio de 68”. A insurreição destes movimentos possibilitou uma reflexão mundial acerca de lutas pertinentes, que careciam de debate. Assim, apesar da ditadura, o Brasil (ou melhor, a massa crítica brasileira) pôde conhecer, através das lutas de diferentes movimentos sociais, um “outro” sujeito político, um ser humano ativo, capaz de resistir e protagonizar transformações sociais e políticas, mesmo no interior do sistema hegemônico (CASTAGNOLA, 1987).

No final da década de 60, acontece a nomeação do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969). Seu governo é marcado por manifestações sociais, pois a oposição ao regime vai crescendo e ganhando força no país. Graças a esta força civil convergente, a UNE (União Nacional dos Estudantes) se fortalece, convoca manifestações e apóia greves operárias em diferentes regiões do país. A tensão entre a cidadania e o regime passa a ser marcante e os grupos formados por jovens militantes da esquerda organizam uma série de ações transgressoras para fundar o

movimento de oposição armada. Como forma de controlar a oposição, o governo decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5), uma emenda à Constituição de 1967 visando incrementar a repressão policial. O AI-5 previa censura, torturas e inclusive o assassinato de líderes e opositores ao regime (COGGIOLA, 2001). O primeiro psicólogo clínico do Rio Grande do Sul, Chico Pedro, refere que o regime de exceção instaurado em 64 foi um marco na constituição da área no Estado. Segundo ele, disciplinas como a Psicologia e a Sociologia eram consideradas “perigosas” porque o pensamento emergente destas áreas “escapava” ao controle do regime. Para ele, as intenções de autonomia e os esforços da classe de psicólogos/as em consolidar um espaço de atuação nacional e regional foram fortemente execrados por medidas ditatoriais, como por exemplo, a efetivação dos Atos Institucionais.

Alegando motivos de doença, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar formada por uma tríade de ministros (agosto-setembro 1969). Durante o então conhecido “governo da junta militar”, ocorre um fato histórico marcante: grupos de esquerda² (o MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro e a ALN - Ação Libertadora Nacional) seqüestram o embaixador dos EUA no Brasil exigindo, em contrapartida, a liberação de 15 presos políticos. A exigência é atendida e, além da libertação dos companheiros, os ativistas conseguem difundir em rádios e jornais do país um manifesto contra a ditadura, captando visibilidade nacional e internacional à luta contra os militares. Em 1969, o líder da ALN morre pelas mãos das forças de repressão.

Neste cenário de conflitos, a repressão se exacerbava e se sofisticava. Cabe ressaltar o amplo processo de idealização da realidade brasileira através de estratégias de comunicação que associavam ditadura, crescimento econômico, financiamentos estrangeiros, censura e uso dos meios de comunicação. Formulava-se, assim, o “milagre brasileiro”.

MORRER DO PRÓPRIO VENENO

Os anos 70 e o “milagre brasileiro”

O período compreendido entre o fim dos anos 60 e o início da década de 70 ficou conhecido como a fase do milagre brasileiro (1968-1973), caracterizada pelo rápido crescimento econômico no país. Com investimentos advindos de empréstimos do exterior, especialmente dos EUA, o Brasil avança, aparentando uma sólida infra-estrutura. O slogan “Ninguém segura este país!” traduzia a ideologia então adotada. Os investimentos geram empregos e grandes obras começam a ser executadas. Porém o desempenho da economia não elevava os níveis de qualidade de vida da população. Os empréstimos obtidos no exterior geravam uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do país (VENTURA, 1988; RIBEIRO et alli. 1997).

Em 1969, a junta militar escolhe o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para assumir a presidência. De acordo com os princípios da ditadura militar, nesse ano foi implantada a reforma universitária, que definiu medidas que dificultaram a formação de grupos estáveis que pudessem organizar-se a ponto de favorecer pensamentos e ações coletivas. Nessa perspectiva, a década de 70 é marcada pelo endurecimento nas regras do jogo político e pela gestão extremamente repressiva levada a cabo por Médici. A marca inaugural deste governo foi a forte repressão à luta armada e a articulação de uma política severa de censura aos meios de comunicação.

O Brasil assiste a perseguição, a tortura, o exílio e o assassinato de intelectuais, políticos e personalidades do meio artístico. Um exemplo típico dessas perseguições aconteceu na Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, quando foi excluído do quadro docente o professor Brito Velho, um estudioso de Psicologia que ocupava o cargo de diretor da Faculdade de Filosofia naquele período. Ao tomar conhecimento da aposentadoria compulsória de docentes antagônicos à lógica do golpe militar, o referido professor organizou a elaboração de uma carta de repúdio endereçada ao reitor da Universidade. O resultado imediato dessa iniciativa foi a aposentadoria compulsória do professor e de outros que não aceitaram retirar sua assinatura do documento (ADUFURGS, 1979; LEITE, 2001).

No ano de 1974, assistimos à crise do milagre econômico: aumento alarmante da inflação e do desemprego. A insatisfação coletiva se manifesta, apesar da repressão imposta pelo regime. Na figura do general Ernesto Geisel (1974-1979), começa um processo lento e progressivo de abertura política rumo à democracia. A oposição começa a ganhar espaço. Mas algumas medidas não agradam a uma parcela de militares, que começam a promover ataques clandestinos e assassinatos aos membros da esquerda. Em 1978, Geisel acaba com o AI-5. No final dos anos 70 (1978), ocorre a vitória do MDB, fato que acelera o processo de redemocratização no Brasil. Nesse sentido foi determinante o movimento pela anistia, que uniu entidades estudantis, movimentos de mulheres, sindicatos, setores da Igreja Católica, a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros (URBIM, 1999).

Em 1979, o general João Baptista Figueiredo é eleito presidente e decreta a Lei da Anistia, permitindo aos presos políticos exilados que retornassem ao Brasil. Mas, nos bastidores do regime, a repressão clandestina a intelectuais, artistas e revolucionários segue seu curso e acontecem crimes que até hoje seguem impunes. Em 1979, o governo aprova uma lei que restabelece o pluripartidarismo. Partidos novos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) são criados. O desgaste do regime militar fomentou alguns “movimentos”

políticos no interior do terreno social, articulando uma série de ações que favoreceram a abertura (FLORES, 1997; BRENER, 1998).

SILÊNCIO NA CIDADE NÃO SE ESCUTA

A abertura democrática

O surgimento de novos partidos no cenário político nacional fortaleceu um período de redemocratização. Mas os últimos anos do governo militar foram marcados por uma forte crise socioeconômica. Em 1984, surgiu o movimento das “Diretas Já” que lutou pelas eleições diretas e populares para presidente, iniciando um processo de abertura política no país. Em janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral nomeia o deputado Tancredo Neves, da Aliança Democrática (grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal) como novo presidente. O país vislumbrava o fim do regime militar, mas Tancredo adoece e morre antes mesmo de assumir. Passa a liderar o governo o vice-presidente José Sarney. No final dos anos 80 (1988), é aprovada uma nova constituição para o Brasil, uma composição de direitos civis democráticos que instaurou alguns direitos fundamentais à cidadania brasileira (VENTURA, 1988; RIBEIRO et alli. 1997). É também em 1988 que a prefeitura de Porto Alegre experimenta um governo popular, de esquerda, através do representante Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores.

Essas são somente algumas parcelas desta história que o tempo tenta apagar. Ao estudar a História do Brasil nesse período, constatamos esforços no sentido de manter as experiências da ditadura como lembranças de um passado que não deve ser reeditado. Nos tempos que correm, é preferível pensar em estratégias de manutenção da “abertura democrática” do país, construindo cotidianamente um Estado de direitos

como forma de denúncia a uma determinada classe política. Isso não significa repulsa a fazer política, mas a necessidade de gritar um rotundo 'não' a determinados modos de fazê-la - modos que não contemplam a ética da solidariedade.

UMA MANEIRA DE SER ESCUTADO

Minorias ativas e representações da ditadura

A problemática das minorias ativas começa a ser tratada por Moscovici (1996) quando surgem os movimentos contra-culturais do maio francês de 1968, tentando superar a centralidade outorgada aos movimentos de massa, próprios da Revolução Industrial. De acordo com Farr (1986), suas análises revisaram o fenômeno da influência social, pois Moscovici se interessava em compreender os mecanismos pelos quais as idéias e pensamentos de uma pessoa influem sobre o pensamento de outras. Em síntese, a influência minoritária é a forma como um grupo de pessoas criativas chega a influenciar a opinião pública, podendo inclusive configurá-la.

O conflito, na obra de Moscovici, define-se através da luta de forças conformistas (maioria) *versus* forças inovadoras (suscitadas pela minoria). O conflito, a tensão entre ditas forças torna visíveis às disfunções do sistema social através de práticas que desafiam a ordem social dominante. O autor postula que as minorias lutam para manter firmes suas linhas de identidade grupal (idéias e visões da realidade, projetos, repertórios de ações), construídas no interior da hegemonia. Os estudos demonstram que a influência não é uma prioridade da maioria (grupos que detêm um *status* social superior), mas dos grupos minoritários que, mediante novos estilos de comportamento, podem protagonizar transformações sociais.

As representações sociais da minoria constituem-se na própria realidade social, como uma possibilidade de comunicação e processamento das relações cotidianas. Neste sentido, as representações são fios que costuram a cognição, a emoção e a conduta na intenção de formar universos de opinião. O processo de representar é também o processo de representar-se. Ao representar-se no âmbito público, a minoria se torna ativa, influenciando outros grupos sociais com novas práticas e discursos. As ações da minoria organizada são um contrapeso cidadão ante o sistema. Trata-se de uma instância de resistência e de afrontamento social.

Como idéia central, pode-se dizer que as representações sociais são modos de transformar o estranho, o não-conhecido em familiar, em “conteúdo” inteligível, através da construção de um universo consensual de sentido que nos permite tornar conhecidos objetos, pessoas e eventos do entorno (MOSCOVICI, 1981, 1984). Neste sentido, uma representação inaugura um conceito e não o encerra, como muitos críticos da teoria das representações teimam em afirmar. A representação social possui um “status” cultural: uma estreita aliança com hábitos, crenças, valores e práticas sociais.

A representação de “algo” (objeto) inaugura uma percepção sobre a realidade, percepção que pode ser captada na coletividade. Pode-se afirmar que o surgimento das representações sociais dá-se na medida em que surgem fenômenos novos que carecem de compreensão, exigem ser entendidos e controlados. Estes são transformados em representações por meio de processos de condensação de palavras e criação de imagens (JODELET, 1986). Estas representações formam a bagagem cultural das pessoas e são produzidas na coletividade, daí, sua denominação: sociais. É a sociedade que proporciona aos indivíduos os conceitos e as matrizes para pensar e construir representações, sendo estas organizações ativas

de imagens e de linguagem, cujo papel é dar forma ao que vem do exterior, remodelando e reconstruindo seus elementos. As representações sociais constituem uma modalidade particular de conhecimento cuja função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (MOSCOVICI, 1979).

Mas, para captar seu qualificativo 'social', devemos sublinhar, mais que as circunstâncias de sua origem, a função que lhe corresponde: a de produzir e organizar condutas e comunicações sociais (MOSCOVICI, 1979, CARUGATI et alli. 1991). O social penetra através do contexto em que se situam as pessoas e os grupos, da comunicação que se estabelece por meio dos códigos e valores relacionados com as posições sociais específicas. A representação social é, pois, uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que tem uma orientação prática e está voltado à construção de uma realidade comum no conjunto social (JODELET, 1986).

Para operar, a representação social atravessa dois processos: o de objetivação e o de ancoragem. A objetivação é a transformação do abstrato numa imagem, num conceito. A ancoragem é quando este esquema conceitual se liga, se ancora, num referencial coletivo, ou seja, o conceito formulado passa a fazer sentido para uma coletividade. A maior parte do material de que se constroem as representações sociais está acumulado no fundo cultural comum composto por valores considerados básicos, crenças e normas amplamente compartilhadas, enfim, referências culturais que conformam a memória coletiva.

Esta transfusão cultural, da qual a ideologia é parte primordial, molda a mentalidade de uma época e proporciona as categorias básicas que dão origem às representações. Num plano mais geral, as fontes de determinação das representações sociais se encontram no conjunto de condições econômicas, sociais e históricas que caracterizam a sociedade e o sistema de valores e crenças que nela circulam (IBAÑEZ, 1988). Essas

crenças difundem-se por meio de redes de interação, através das quais se combinam e recombina uma e outra vez elementos culturais, dando origem à representações específicas. Podemos considerar que são estes conjuntos compartilhados de representações que conferem a um grupo sua memória e identidade particulares, já que ao compartilhar um contexto de interpretação e um conjunto de idéias comparte-se também uma vinculação com os objetos que nos afetam e o reconhecimento de uma identidade coletiva.

Quanto ao tema que nos ocupa, entendemos que as representações sociais conformaram um sistema de interpretação e expressão às pessoas que participaram de determinados grupos na época da ditadura militar, penetrando em suas vidas cotidianas e prescrevendo um conjunto de comportamentos. A representação social surge como uma forma de entender e representar a época, pois os períodos de forte repressão política desestabilizavam os ânimos coletivos, questionavam os conhecimentos acumulados, as identidades e as formas de viver e atuar em sociedade. Para alcançar nossos objetivos, buscamos identificar a representação social da ditadura e dos estilos de comportamento (identidade da minoria) acessando os princípios organizadores do discurso e das ações em Psicologia formulados na época.

CALADA A BOCA RESTA O PEITO, CALADO O PEITO RESTA A CUCA

Forças de resistência, ativismo político e ações coletivas

O ativismo pode ser entendido como uma forma de participação, de mobilização coletiva. Ativismo são forças de resistência. Neste sentido, a participação configura-se como um comportamento social, uma modalidade de comportamento coletivo que reclama ações conjuntas. A

mobilização é a conversão de uma série de idéias e convicções em ações. O foco da mobilização reside na percepção de uma situação adversa, na possibilidade de reconhecer que alguns problemas sociais não são individuais, mas macro-sociais, coletivos.

Como refere Moscovici (1981), as minorias organizadas lutam contra o conformismo do sistema social vigente que, em geral, não oferece alternativas para a superação dos problemas sociais. Em contrapartida, a ação coletiva converte-se numa força inovadora e poderosa legitimada pela sociedade, um recurso útil e estratégico de influência e intervenção social.

O ativismo é, então, uma construção social e os motivos da mobilização dependem da atribuição de significados às condições sócio-estruturais. A matéria-prima da mobilização é a interpretação das situações como adversas ou injustas. A percepção de injustiças sociais (componente essencial da mobilização) faz com que a sociedade civil se organize politicamente "fora" do Estado, pois o político é o resultado de um sistema relacional, construído, tramado na organização social das pessoas, nas relações, nas capacidades e na conscientização. O político é a desembocadura do social.

A ação coletiva passa por um processo político que nada mais é do que a reunião de atores/as sociais, criando, formando espaços de práxis política. O contexto político institucional é o *locus* ideal para incrementar ou diminuir a participação das pessoas em ações coletivas. A regulamentação da Psicologia no Brasil ilustra esta afirmação. Os gestores do primeiro Conselho Federal de Psicologia contam que, para regulamentar a área, algumas vezes tiveram de empregar "estratégias" utilizadas no interior do próprio sistema. A conformação do primeiro Conselho Federal de Psicologia, segundo Chico Pedro³, usou a lógica do regime: começou por cima, definindo as referências institucionais,

contando com a participação de pessoas “ilustres e credenciadas” junto ao grupo dos militares, pois não se permitia “uma voz que viesse de baixo”.

O contexto político é um fator que impulsiona ou limita a ação coletiva. A própria sociedade civil vai criando canais de acesso à participação política (KLANDERMANS 1994; GAMSON et alli. 1999; HUNT et alli. 2001). Esta perspectiva concede um lugar especial às idéias, conceitos e rituais como aspectos centrais de entendimento da ação coletiva. A mobilização coletiva é o produto de múltiplos processos de interação, definição, interpretação, negociação e atribuição de significados sociais através dos quais pessoas e grupos formulam novas visões da realidade.

Sabemos que as práticas sociais emergentes num determinado momento histórico são pautadas de acordo aos valores sociais instituídos e tidos como válidos. O que esperar, então, da Psicologia no período ditatorial? Na década de 60, a Psicologia no Brasil era ainda jovem e fortemente influenciada pelo enfoque clínico, centrado no indivíduo, no intra-psíquico - prática que favorecia, em certa medida, o fechamento dos profissionais ao que acontecia na esfera sócio-política. A aliança entre estratégias desenvolvimentistas e repressão política produziu um “território de alienação” no qual a Psicologia ficava circunscrita às tarefas de diagnose, suplantando demandas de tipo sócio-cultural. O sentimento de alienação é descrito por muitos participantes da pesquisa, inclusive uma das participantes refere que, tanto na universidade como no terreno social, muitos/as psicólogos/as estavam “congelados”.

A acentuada tendência desenvolvimentista se expandia através de fábricas e indústrias que investiam na rápida qualificação de mão-de-obra e esta ótica, tão valorizada pelos militares, também demarcou as tarefas socialmente consideradas típicas da Psicologia - os psicotécnicos e diagnósticos -, centradas na categorização e classificação que atendiam às

demandas da época: encontrar a pessoa certa para o lugar certo, evitando assim qualquer tipo de constrangimento. A ideologia desenvolvimentista fomentava uma busca individual e competitiva por um espaço no social. A política era considerada, então, um labor do governo institucional e não uma prática distribuída junto à esfera pública. Entretanto, concomitante à incorporação do regime de exceção no Brasil, diferentes ações coletivas foram ganhando força e popularizando a Psicologia no Estado. Nas palavras de Chico Pedro⁴, a visibilidade da Psicologia no Estado se deve a quatro fatos bastante pontuais: 1º) a criação do "Help", serviço de atendimento a jovens com problemas de dependência química; 2º) a divulgação feita na mídia acerca do dia do psicólogo (festa promovida pela primeira gestão do Conselho Regional de Psicologia); 3º) a boa qualidade do trabalho exercido nas escolas, nas empresas e na própria prática clínica e 4º) a parceria dos psicólogos/as junto a outras áreas já credenciadas, oficializadas no âmbito social e acadêmico (como a psiquiatria e a psicanálise).

No cenário riograndense, Cícero Vaz⁵, psicólogo e presidente do primeiro Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, conta que a regulamentação institucional da área se deu graças à mobilização coletiva calcada na consciência "de um grupo" que queria organizar-se como classe. Segundo ele, a organização institucional foi uma batalha, um compromisso e um projeto assumidos para médio e longo prazo, sem a pretensão de atender a interesses imediatos. Também Francisco Jancer⁶, psicólogo e membro da primeira gestão do Conselho Regional de Psicologia, narra que a luta pela inserção da Psicologia como área regulamentada de atuação profissional foi calcada na busca de "condições de sobrevivência", de "organização de uma classe" emergente, que já contava com uma demanda social e queria ser reconhecida e atuante. Na voz desses psicólogos percebe-se que uma das estratégias políticas utilizada na época foi a organização institucional da classe a partir de um

grupo minoritário, porém consciente. Esta organização brindou os psicólogos/as com um respaldo institucional que assegurava uma série de direitos antes inexistentes.

Em outras palavras, o reconhecimento de uma problemática ou necessidade comum serve como matéria prima para que um grupo se organize e articule ações alternativas ante o sistema vigente. A formação de grupos de oposição aparece como possibilidade estrutural de construir relações mais horizontais, níveis de consenso que facilitam a conexão entre as pessoas e novas formas de ativismo (CASTELLS, 1991). A articulação da sociedade (mesmo minoritária) acaba criando canais interdependentes de reciprocidade, o que favorece a troca de saberes e práticas e o empreendimento de lutas sociais.

Muitas dessas práticas acompanhavam os ritmos e transformações que se davam no plano nacional e internacional. Carmem Oliveira, psicóloga clínica, relata que na Unidade Sanitária Murialdo (na época Centro Comunitário São José do Murialdo) formou-se um grupo clandestino de profissionais da área da saúde que se reunia para estudar livros de Psicologia que eram proibidos no Brasil. Os livros eram trazidos por uma médica que fazia formação em Medicina Comunitária no México. Essas leituras, segundo Carmem, foram fundamentais para um momento de "virada", pois aos poucos a equipe começava a contatar com novas perspectivas em saúde que iam modificando as formas de intervenção. Por exemplo, a apropriação do paradigma de uma saúde pública, coletiva, pelo e para o povo abandonava a ótica centrada na abordagem individual da promoção de saúde (SCARPARO, 2002). O espaço da "clandestinidade", da "ilegalidade", de operar com o proibido foi, sem dúvida, um ponto de quebra dentro do sistema operante. Trata-se do trabalho silencioso e subterrâneo da minoria.

O fato de que a “agenda do Poder” não incluía novas formas de fazer política não significa que estas não existam em potência. Ellis Busnello, médico psiquiatra, relembra que a trajetória da saúde pública no Rio Grande do Sul esteve fortemente vinculada a causas de fundo político: pessoas comprometidas com uma ideologia de esquerda que desejavam mudar o enfoque da saúde, fugindo do modelo imposto pelo governo. Apesar das dificuldades do período, Busnello refere que o início dos anos 70 foi um marco para os profissionais que trabalhavam na área da saúde pública, pois houve uma mudança radical na concepção de como pensar e promover saúde. O trabalho dos profissionais no Murialdo (onde a Psicologia era representada por uma minoria, contando com apenas duas estagiárias) foi pioneiro, pois passou a enfatizar a importância da participação da comunidade na organização do sistema de saúde. Os profissionais começaram a dar-se conta de que os problemas de saúde eram psicossociais e, aos poucos, foram trocando práticas cristalizadas por ações mais autônomas e próximas à comunidade, como o atendimento na “beira das casas”. Theobaldo Thomaz, psiquiatra psicanalista, refere que tal trabalho pode ser considerado de vanguarda, já que partiu da base de uma ideologia de inserção no social (SCARPARO, 2002). Na voz dos participantes, fica evidente como o Murialdo é lembrado como um lugar que acolheu a resistência e apostou na mudança, possibilitando a construção de novos horizontes desde onde vislumbrar a saúde coletiva.

Como vemos, o passado da Psicologia no Rio Grande do Sul foi difícil e árduo. A minoria organizada que empreendeu a luta pela regulamentação e reconhecimento da área forjou a resistência como uma nova forma de poder. Poder entendido não como um espaço privilegiado, mas um território de potência que pôde ser constituído uma e outra vez para localizar e denunciar as falhas do sistema e as artimanhas do Poder escrito (como força normativa externa). As ações empreendidas são

marcas visíveis da história que viemos contar; forjadas no compromisso crítico com a realidade, são fator constituinte da história e legado para a atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da impossibilidade de encerrar as reflexões sobre o tema, uma vez que a história está em curso, gostaríamos de salientar que as formas de intervir na realidade são estratégias de desenvolvimento das capacidades humanas e merecem estudo e atenção.

Tanto a produção de conhecimento social quanto a reflexão intelectual devem operar como instrumentos de denúncia e de intervenção. A relevância da denúncia refere-se à possibilidade de visibilizar e retomar fatos importantes geradores de diferentes perspectivas sobre momentos históricos específicos. A produção de conhecimento é intervenção, na medida em que favorece o engendramento de práticas sociais que, através da crítica e da capacidade de re-visitar o passado, ressignificando-o, preserva memórias, traz à tona lembranças até então silenciadas, constrói história e a transforma através de atos políticos desejantes.

Queremos destacar que as ações coletivas não são consideradas aqui como simples “produtos” de uma época, mas como práticas contra-hegemônicas que, mesmo errantes, foram potência pelo fato de terem existido como território de possibilidades: de poder ser. O trabalho destes grupos reduzidos e atuantes de pessoas aponta que a base de um espaço de potência é a luta por resgatar direitos suplantados. Diante da letargia, da sonegação e da indiferença do poder representativo, existe um “contra-poder” que expõe a contradição e faz dela seu argumento.

Helena Beatriz K. Scarparo
Professora Dra. - Pós-Graduação Psicologia - PUCRS
scarparo@pucrs.br

Aline Reis Calvo Hernandez
Pós Doutorado Jr. - Pós-Graduação Psicologia - PUCRS
alinehernandez@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, J. A. Prólogo à história da Psicologia. Psicologia Teoria e Prática, vol.21, nº 1, jan/abril, 2005.

ACHUTTI, M. Embrião de Orçamento Participativo em Ijuí. In Urbim et al. Rio Grande do Sul – um Século de História (pp.578-579). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

ADUFURGS. Os expurgos na UFRGS. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

AFFONSO, A. (1988). Raízes do golpe. São Paulo: Marco Zero.

BANDEIRA, M. O governo João Goulart, 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BAUER, M. e JOVCHELOVITCH, S. A questão da metodologia em pesquisa: texto, imagem e materiais sonoros. Manuscrito não publicado: PUCRS, 1999.

BAUER, M. The Narrative. Interview Papers. Social Research Methods Qualitative Series, 1, 2-15, 1996.

BRENNER, J. Jornal do Século XX. São Paulo: Moderna, 1998.

BROZEK, J. e MASSIMI, M. Prefacio. In: Brozek, J. e Massimi, M. Historiografia da Psicologia Moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

CARUGATI, F. e PALMONARI, A. A proposito de las representaciones sociales. Anthropos, 124, (pp. 51-55), 1991.

CASTAGNOLA, J.L. Problemáticas y Alternativas de los Nuevos Movimientos Sociales. Argentina, Montevideú: Cuadernos del CLAEH, nº 42, 1987.

CASTELLS, M. La era de la información. La sociedad red. Vol. 1. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

COGGIOLA, O. Governos militares na América Latina, 2001.

COIMBRA, C.M.B. Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'milagre'. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

CRP. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Grupo de Trabalho História da Psicologia no Rio Grande do Sul. DVD transcrito, dezembro de 2006.

ENTRELINHAS. Jornal do Conselho Federal de Psicologia do Rio Grande do Sul. Ano VII, nº 35, julho/agosto 2006.

FARR, R. Las representaciones sociales. In: S. Moscovici (ed.). Psicologia Social II. Barcelona: Paidós, 1986.

FIGUEIREDO. Prólogo in Jacó-Vilela, Ferreira e Portugal. História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed, 2006.

FLORES, M. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 12ª ed. 1999.

GAMSON, W. e MEYER, D. Marcos interpretativos de la oportunidad política. In McAdam, D., McCarthy, J. e Zald, M. (eds.). Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

HUNT, S.; BENFORD, R.; e SNOW, D. Marcos de Acción Colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos. In Laraña e Gusfield (eds.). Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 2001.

IBAÑEZ; T. Ideologias de la vida cotidiana. Barcelona: Sendai, 1988.

JODELET, D. La representacion social: fenômenos, concepto y teoria. In: S. Moscovici (ed.). Psicologia Social II. Barcelona: Paidós, 1986.

KLANDERMANS, B. La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. In E. Laraña y J. Gusfield: Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 1994.

LANE, S. Para pensar e depois fazer! Psicologia e Sociedade, 8, 1, (pp. 3-15), 1996.

LEITE, L. Agências formadoras: um capítulo da História Oral Contemporânea. In Ferreira, M. e Amado, J. Usos e Abusos da História Oral. (pp.15-25). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MAGALHÃES, M.D. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História v.17, nº 34. São Paulo, 1997.

MOSCOVICI, S. El psicoanálisis, su imagen y su publico. Bueno Aires: Huemul, 1979.

_____. On social representations. In J. Forgas (ed.) Social Cognition. Londres: Cambridge University Press, 1981.

_____. Psicología de las minorias activas. Madrid: Morata, 1996.

_____. The phenomenon of social representations. In R. Farr y S. Moscovici (eds.). Social representations. Londres: Cambridge University Press, 1984.

RIBEIRO, M., ALENCAR, F. e CECCON, C. Brasil Vivo. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1997.

SCARPARO, H. B. K. O processo de construção de um saber-agir: registros da Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul. Pontifícia Universidade Católica do RGS/PUCRS. Porto Alegre (impresa), 2002.

_____. Psicologia comunitária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SPINK, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

URBIM, C. A Anistia que foi Possível. In: Urbim, C; Porto L. e Achutti, M. Rio Grande do Sul – um século de História. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. (p.632-633).

VENTURA, Z. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹ União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD).

² Mais informações no livro "O que é isso companheiro?", de Fernando Gabeira, ou no filme de mesmo nome com direção de Bruno Barreto. Também no site: www.revolucionarios.hpg.ig.com.br/mr8.htm.

³ Grupo de Trabalho História da Psicologia no RGS (Conselho Regional de Psicologia), dezembro/2006.

⁴ Idem.

⁵ Grupo de Trabalho História da Psicologia no RGS (Conselho Regional de Psicologia), dezembro/2006.

⁶ Idem.